

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



IBÉRIA

VOLUME 31, 2010

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IRREDENTISMOS IBÉRICOS. ACERCA DE SOBREPOSIÇÕES TERRITORIAIS REAIS E IMAGINÁRIAS (SÉCULOS XIX E XX)**

Ao contrário da maioria das áreas geográficas de povoamento étnico misturado que constituem a Europa Central e de Leste, a península ibérica apresenta poucos exemplos de disputas fronteiriças como um tema "quente" a nível político e historiográfico durante os séculos XIX e XX. As fronteiras do condado, depois reino e desde 1910 República / Império Português variaram extremamente pouco desde o século XV. A mesma afirmação pode ser utilizada em referência ao Reino de Espanha depois do tratado dos Pirenéus (1659) e o que se seguiu, o tratado da Llúvia (1660) entre os reis espanhóis e a Monarquia francesa, que marcou o final da Guerra dos Trinta anos e estabeleceu os Pirenéus como a fronteira política entre ambos os Estados. Desde esse momento, a Espanha e Portugal contam-se entre os estados mais estáveis na Europa continental, no que diz respeito ao seu tamanho e fronteiras continentais.

Este facto provocou a primeira diferença em relação aos outros casos nacionais da Europa: não se encontra nenhuma reflexão importante

* Universidade de Santiago de Compostela.

** Uma primeira versão em língua inglesa deste artigo, com o título "The Iberian Peninsula: Real and Imagined Overlaps", foi publicada em Tibor Frank e Frank Fladler (eds.), *Disputed Territories and Shared Pasts: Overlapping National Histories in Modern Europe*, Basingstoke, 2010, pp. 329-348. A pesquisa foi financiada pelo projecto HAR2008-06252-C02-01, Ministério de Educação da Espanha.

acerca do que constitui uma fronteira nas historiografias Ibéricas. Os estudos existentes sobre fronteiras ibéricas só descrevem como estas sofreram correcções menores entre os dois estados vizinhos ao longo dos últimos três séculos, e referem-se quase exclusivamente às poucas mudanças que sofreu a fronteira luso-espanhola ao longo de século XIX⁽¹⁾. Do ponto de vista dos nacionalistas sem estado que consideram que uma parte da sua pátria (o País Basco Francês, Rossilhão Francês no caso catalão, e até a percepção contraditória de Portugal como uma familiar *Mutterland* para os nacionalistas galegos) se mantém fora dos seus territórios actuais, as fronteiras eram simplesmente consideradas uma invenção da história que não correspondia à realidade etno-cultural. De acordo com este ponto de vista, o seu principal objectivo não era descrever as fronteiras, mas tentar superá-las historiograficamente, demonstrando todo o tipo de semelhanças entre os povos e as culturas que habitam ao longo da linha de divisão entre os Estados⁽²⁾.

I. O débil irredentismo português: A questão de Olivença

Existem, no entanto, várias excepções. Para além de pequenas correcções na fronteira Norte e Nordeste entre Espanha e Portugal, apenas um caso apresentou uma certa relevância histórica. Este é o da antiga cidade fronteiriça portuguesa de Olivença, que se tornou na vila espanhola de Olivenza no seguimento da breve guerra de Fevereiro-Junho de 1801 entre a França e Espanha por um lado e Portugal por outro, cujo fim chegaria com o Tratado de Badajoz, através do qual a área respectiva seria entregue a Espanha. A pequena vila de Olivença foi de seguida habitada por muitos povoadores espanhóis enquanto na área rural a população manteve o uso oral da língua portuguesa (que não seria proibida, de facto, até 1840).

⁽¹⁾ Ver por exemplo a exaustiva monografia escrita pelo intelectual falangista espanhol J. M^a Cordero Torres, *Fronteras hispánicas. Geografía e historia. Diplomacia y administración*, Madrid, 1960, ou abordagens locais como L. M. García Mañá, *La Frontera Hispano-Lusa en la província de Orense*, Ourense, 1988.

⁽²⁾ A percepção idealista pode ser vista por exemplo em L. M. García Mañá, *Miño, ¿existiu unha fronteira? Apuntes históricos, xun'dicos e sociolóxicos*, Vigo, 1993. Para um exemplo basco, veja-se o estudo recente de Z. Bray, *Living Boundaries: Frontiers and Identity in the Basque Country*, Bruxelas, 2004.

Oliveira constituiu a única área realmente disputada entre Portugal e Espanha, pelo menos de um ponto de vista simbólico. Portugal nunca aceitou a perda de Oliveira. Sempre que possível, o Estado português argumentou que os tratados diplomáticos assinados pelo seu vizinho obrigavam a que a Espanha devolvesse Oliveira a Portugal. De facto, o acordo luso-espanhol de Setembro de 1864, no qual se demarcava a fronteira entre ambos os estados, englobava apenas a área situada entre o estuário do rio Minho e a confluência do rio Caia com o rio Guadiana. No entanto, a definição dos limites territoriais das áreas seguintes a Sul só seria abordado em 1926, devido à insistência portuguesa na recuperação de Oliveira. Uma solução final seria demarcar a fronteira de Oliveira em direcção a sul, deixando de lado a questão relacionada com a disputa da região. A República portuguesa (1910-1926) esteve a ponto de levar a questão de Oliveira à Conferência de Paz de Versalhes de 1919; no entanto, esse plano rapidamente seria abandonado. A questão de Oliveira permaneceria como um motivo de desacordo entre as diplomacias espanhola e portuguesa até à actualidade, devido ao facto de que Portugal mantém que o território em disputa é *de jure* uma parte de Portugal, e Espanha chegou a admitir em alguns fóruns internacionais, como é o caso da *International Commission of Limits*, que as pretensões portuguesas têm por base sólidos argumentos do direito internacional. Embora sejam ocorrências esporádicas, algumas trocas de pontos de vista opostos entre as autoridades espanholas e portuguesas também se verificaram durante as décadas de 1940 e 1950⁽³⁾.

Oliveira transformou-se ao mesmo tempo num símbolo mobilizador para o débil movimento irredentista em Portugal, que tem sido apoiado ao longo do século XX por um nacionalismo de extrema-direita com posturas radicais, e mais recentemente (desde os anos 80) por alguns sectores da opinião pública portuguesa com orientação nacionalista, que apoiou a formação de associações pró-oliveira que se espalharam pelo país na segunda metade do século, começando com a primeira associação criada em 1938 sob os auspícios moderados de alguns notáveis próximos ao regime de Salazar, a *Sociedade Pro-Oliveira*, que em 1944 se transformou em *Grupo dos Amigos de Oliveira*. Esta plataforma de

⁽³⁾ Ver A. Vicente, *Portugal visto pela Espanha. Correspondência Diplomática 1939-60*, Lisboa, 1992 e C. R. Fernández Liesa, *La cuestión de Oliveira*, Valencia, 2005, pp. 411-414.

agitação foi precedida pela publicação em 1924 do primeiro livro em que se defendia a irrenunciável "portugalidade" de Olivença, apelando sobretudo à História, assim como à persistência de traços linguísticos e culturais da época portuguesa. O principal argumento era, porém, de natureza jurídica: Olivença nem sequer havia sido conquistada, mas sim *usurpada* por Espanha, um pouco à semelhança da usurpação de Gibraltar e até das Ilhas Malvinas pela Grã-Bretanha⁽⁴⁾.

O movimento irredentista recebeu ao longo da história o apoio de um variado leque de escritores, historiadores, antropólogos e alguns membros proeminentes das Forças Armadas, assim como alguns líderes políticos de segunda linha do regime salazarista. Também seria apoiado por um grupo de autoridades locais, líderes políticos de tendências, tanto democrática como salazarista, alguns intelectuais de prestígio de variadas tendências, como o escritor pró-republicano Hernâni Cidade (1887-1975) e excepcionalmente pelo militar Humberto Delgado (1906-1965), que mais tarde seria um dos principais adversários políticos de Salazar. Porém, os "irredentistas" portugueses nunca estenderiam as suas actividades públicas para além da publicação de alguns panfletos de propaganda em que se desenvolviam os argumentos históricos a favor do regresso de Olivença a Portugal, junto com a ideia de que esse território seria a última relíquia de décadas passadas de ocupação espanhola, representando assim, um símbolo dos ultrajes cometidos pelos desígnios da Espanha imperialista em Portugal. A este respeito, a questão de Olivença era apresentada como um dever moral para a total recuperação da memória nacional portuguesa. Mesmo fascistas portugueses que lutaram ao lado dos rebeldes franquistas durante a guerra civil espanhola confessaram sentir "saudosismo da pátria" quando visitaram a vila e consideraram que o espírito da região continuava a ser totalmente português⁽⁵⁾.

(4) Ver R. Rosa y Alberty, *A Questão de Olivença - por quê Olivença não pertence à Espanha*, Lisboa, 1960; R. Rosa y Alberty, *A fronteira de Portugal em Olivença*, Lisboa, s. d., e R. Rosa y Alberty, *A Questão de Olivença - desfazendo equívocos*, Lisboa, 1969. Ver também G. de Matos Sequeira e R. Junior, *Olivença*, Lisboa, 1924, e C. Luna, *Nos caminhos de Olivença*, Estremoz, 1994.

(5) Ver por exemplo J. Augusto, *Jornal de um correspondente de guerra em Espanha (Crónicas de reportagem)*, Lisboa, 1936, pp. 44-45.

No entanto, nem o Estado Português nem a maioria da sociedade civil do país adoptaram ou sustentaram alguma política de irredentismo, pelo menos desde meados do século XIX. De facto, o Estado Português manteve-se bastante passivo nesta questão territorial e não permitiu que pudesse interferir com o estabelecimento de boas políticas de vizinhança, apesar de incidentes isolados. Isto deve-se em parte ao medo português de "provocar" uma resposta espanhola, e também devido ao facto de que os desejos de expansão do nacionalismo português se centravam no Império ultramarino. Ao contrário de muitos exemplos da Europa Oriental, esse tipo de irredentismo vê-se privado de uma comunidade organizada de antigos habitantes da região de Olivença. Não havia *Vertriebene* (deslocados) portugueses do outro lado da fronteira, com muito poucas excepções, apesar da garantia da atribuição automática de nacionalidade portuguesa por parte do Estado português a pedido de qualquer oliventino⁽⁶⁾. Outra importante diferença com a Europa de Leste é que neste caso (e no de Gibraltar) não havia na região populações misturadas mais incapazes ou não disponíveis para experimentarem uma assimilação entre elas. Na sua esmagadora maioria, os habitantes de Olivença foram completamente assimilados pela cultura e língua espanhola, mantendo no entanto algumas influências lexicais e sintácticas do Português no seu dialecto local⁽⁷⁾. Apenas algumas dezenas de oliventinos deixaram a vila para se instalarem do outro lado da fronteira nos anos da Guerra Civil espanhola, mas foram distribuídos pelo território Português pelo governo de Salazar. O irredentismo português como movimento com projecção social reduziu-se na prática desde a década de 1960, e mesmo hoje, a uma mera liturgia que acompanha cada ano a comemoração da batalha de Aljubarrota (1385). Do mesmo modo, nos dias nacionais de Portugal (25 de Abril ou 1 de Dezembro), os grupos pró-Olivença levavam (e levam

⁽⁶⁾ Um exemplo quase único foi o livreiro e geógrafo Ventura Ledesma-Abrantes (1883-1956), que trocou Olivença por Lisboa e abriu uma popular livraria na zona velha da capital portuguesa, frequentada por muitos escritores e novelistas de prestígio. Ledesma-Abrantes instalou mais tarde uma secção dedicada aos estudos Históricos de Olivença dentro da Sociedade de Geografia de Lisboa, e escreveu diversos artigos e folhetos dedicados à história e etnologia da região de Olivença.

⁽⁷⁾ Ver L.-A. Limpo Píriz, "El caso oliventino. Conciencia nacional y aculturación en un pueblo del suroeste español", *Revista de Estudios Extremeños*, vol. 43,1,1987, pp. 729-50.

ainda hoje) a cabo manifestações públicas em que participam dezenas de activistas e expõem as suas pretensões nos diversos jornais locais. No entanto, considerando tudo isto, a reivindicação de Oliveriça não é mais que um aspecto marginal para a maioria das histórias nacionais de Portugal e Espanha desde meados do século XIX.

As histórias nacionais portuguesas desde meados do século XIX preocupavam-se principalmente por marcar as origens da independência nacional no século XII, tornando o antigo Condado Portucalense num precursor da moderna nação portuguesa. Portanto, centravam-se na continuidade do Estado nas suas diversas formas (e não necessariamente na unidade da língua e da cultura)⁽⁸⁾. Mas ao mesmo tempo olhavam para trás em busca de uma Idade de Ouro, que seria encontrada na idealização das descobertas ultramarinas dos navegadores portugueses desde o século XV. O período que se seguiu a esta época dourada foi de decadência, simbolizada pela dominação espanhola ou período filipino, que durou de 1580 a 1640. A insurreição de 1640 contra a tirania castelhana marcaria o início de um novo período de esplendor que teria o seu culminar numa nova era de Império. Portugal teria entrado então na era das nações modernas como um regime multicontinental com colónias na América, África e Ásia. As disputas fronteiriças menores com Espanha foram de pouco interesse para a maioria dos historiadores, linguistas e intelectuais que se ocupavam da criação de uma narrativa nacional. Tudo isto pertencia a um passado distante e não apresentava interesse na era dos Impérios. Igualmente, enquanto Portugal perdia o Império, a Revolução de Abril de 1974 criou uma nova legitimidade nacional, cujo novo projecto para compensar a perda do Império era condensado num slogan curto: Portugal regressou à Europa⁽⁹⁾.

⁽⁸⁾ Ver uma visão integrada em S. Campos Matos e D. Mota Álvarez, "Portuguese and Spanish Historiographies: Distance and Proximity", em S. Berger e Ch. Lorenz (eds.), *The Contested Nation: Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories*, Basingstoke, 2008, pp. 339-66.

⁽⁹⁾ Para uma visão geral ver A. Costa Pinto e N. Monteiro, "Problème der nationalen Identität in Portugal", *Werkstattgeschichte*, vol. 8, 1994, pp. 15-26; ver também A. Costa Pinto e X.-M. Núñez Seixas, "Portugal and Spain", em R. Eatwell (ed.) *European Political Cultures: Conflict or Convergence?*, Londres, 1997, pp. 171-192, e o ensaio de E. Lourenço, *O labirinto da saudade*, Lisboa, 1992 [1ª edição, 1978].

Havia ainda menos preocupação com Olivença por parte da historiografia nacional espanhola, nem mesmo pela historiografia regional que se desenvolveu na Estremadura espanhola desde finais do século XIX. Só dificilmente nos apercebemos da existência de algumas tentativas contrahistóricas levadas a cabo pelo lado de Espanha sobre o tópico de Olivença, aparte de um reduzido número de folhetos e obras populares publicadas por académicos locais, cujo objectivo principal seria encontrar a "espanholidade" de Olivença em razões culturais e históricas, desde que o castelhano se tornou a língua dominante em meados do século XIX. Não menos importante foi o recurso espanhol, inclusivamente durante o período Franquista, ao argumento legitimador do consentimento livre por parte da população nativa de Olivença, uma vez que a maioria da população estaria a favor de permanecer espanhola⁽¹⁰⁾ 11. Só a partir da primeira década do século XX surgiram alguns livros de estilo jornalístico que tentavam reanimar os medos de que algumas zonas do território espanhol, como as cidades norte-africanas de Ceuta e de Melilha, e Olivença, poderiam seguir o caminho de Gibraltar. No entanto, nenhuma rivalidade com Portugal terá sido destacada. Para os nacionalistas espanhóis, os "outros" nacionais, terão sempre sido as grandes nações europeias, em particular a França e a Grã-Bretanha, assim como os Estados Unidos a partir de 1898. Mas estes inimigos externos são considerados pelas histórias nacionais espanholas como sendo de muito menos relevância que as ameaças internas, em particular vindo dos desafios de secessão na sua periferia. De facto, o paralelismo com Gibraltar foi fortemente sublinhado por alguma historiografia portuguesa com inclinações irredentistas nos anos 60 do século XX⁽¹¹⁾.

⁽¹⁰⁾ Ver J. Rincón Jiménez, *Memorial oliventino*, Badajoz, 1917; L. A. Limpo Píriz (ed.), *Olivença. Antología esencial. Elementos para su Historia*, Mérida, 1994.

⁽¹¹⁾ Ver por exemplo M. Cajal, *Ceuta, Melilla, Olivenza y Gibraltar: ¿Dónde acaba España?*, Madrid, 2003. Para o ponto de vista Português, ver E. da Veiga, *Gibraltar e Olivença - Apontamentos para a história da Usurpação destas duas Praças*, Lisboa, 1967, e P. de Azevedo, *Olivença está Cativa pela Espanha. Por Culpa de Quem? Olivença! Gibraltar! Malvinas!*, Lisboa, 1982.

II. Uma sobreposição histórico-política: é Portugal parte de Espanha?

Um nível particular de sobreposição ibérica imaginada merece ser mencionada. O Estado Português foi visto na maioria das histórias nacionais espanholas do século XIX como uma espécie de erro histórico, uma vez que tanto a Hispânia Romana como Gótica englobavam toda a Península como um espaço natural. De facto, figuras emblemáticas pré-romanas da narrativa nacional portuguesa, como Viriato, foram também reivindicadas pela historiografia espanhola como os primeiros rebeldes patrióticos contra os ocupantes estrangeiros. A anexação de Portugal pela Coroa Espanhola em 1580 foi igualmente vista como a etapa final para conseguir novamente a unidade peninsular, que culminou as etapas anteriores (a unidade dinástica do Reino de Aragão com o Reino de Castela em 1480, assim com a subsequente conquista do último reino Muçulmano de Granada em 1492) e a segunda etapa (a anexação do Reino de Navarra em 1512)⁽¹²⁾.

Desta forma, de acordo com a maioria das histórias nacionais espanholas do século XIX, a antiga Hispânia foi finalmente restaurada, isto é: o verdadeiro solo histórico da nação espanhola anterior à era das nações, que era frequentemente utilizada como argumento legitimador para recuar no passado a existência da Espanha como uma realidade histórica e cultural. Os territórios Portugueses poderão então ser integrados dentro da "Monarquia composta" dos Habsburgo como parte da comunidade de terras unidas por uma dinastia unida, uma fé Católica partilhada e um precedente histórico comum. A separação portuguesa da Coroa Espanhola em 1640 seria vista pelas histórias nacionais espanholas do século XIX com orientação tradicionalista meramente como um produto colateral da decadência espanhola, causada por conspirações estrangeiras que procuravam enfraquecer o império Espanhol⁽¹³⁾.

⁽¹²⁾ Ver J. Álvarez Junco, *Mater Dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*, Madrid, 2001.

⁽¹³⁾ Ver entre outros estudos P. Cirujano Marín, T. Elorriaga Planes e J. S. Pérez Garzón, *Historiografía y nacionalismo español, 1834-1868*, Madrid, 1985; B. Pellistrandi, "Escribir la historia de la nación española: proyectos y herencia de la historiografía de Modesto Lafuente y Rafael Altamira", *Investigaciones Históricas*, voi. 17, 1997, pp. 137-159; C. P. Boyd, *Historia Patria. Politics, History, and National Identity in Spain, 1875-1975*, Princeton, NJ, 1997.

De acordo com estas, os inimigos estrangeiros de Espanha, em particular a Grã-Bretanha, teriam aproveitado um momento de fraqueza do Império Espanhol para promover a separação de parte do seu território nacional. Embora a existência de Portugal como um estado-nação distinto tenha sido reconhecido no presente, terá sido considerado também um "irmão que partilha o nosso sangue" e habita "um quarto separado da mesma casa", como um intelectual Franquista (José María Pemán) escreveu num livro de texto de história no final da Guerra Civil espanhola⁽¹⁴⁾. A imaginação espanhola com orientação fascista de um "Império Renovado" começava com a existência de um "destino imperial" partilhado pelos dois povos peninsulares que ao mesmo tempo tinham "línguas imperiais" (Português e Espanhol), mas cuja realização histórica deveria suceder sob os desígnios de Espanha. Pequenos estados-nação como Portugal não tinham lugar na Nova Ordem Europeia do futuro⁽¹⁵⁾.

A existência de Portugal como uma comunidade política separada foi aceite como um facto consumado pelo Estado Espanhol e pelas elites político-intelectuais espanholas. Até meados do século XX, as elites intelectuais espanholas sempre tinham mantido a porta aberta a uma espécie de reintegração pacífica de Portugal no seu seio mais "natural", isto é, a comunidade política espanhola, que a troco poderia oferecer uma melhor protecção dos interesses do Império Português alémmar. Porém, esta integração raramente era concebida em termos de uma federação ou confederação de duas entidades nacionais com direitos e deveres iguais. Este era, no entanto, o projecto desenvolvido pela Espanha liberal e também mais tarde em histórias nacionais com inclinações republicanas durante o século XIX e o primeiro terço do século XX. Ao contrário dos historiadores conservadores espanhóis, os historiadores liberais preferiam interpretar a separação de Portugal da Coroa espanhola em 1640 como o doloroso resultado de uma tirania

⁽¹⁴⁾ J. M^a Pemán, *La Historia de España contada con sencillez. Para los niños y para muchos que no lo son*, Cádiz, 1939, pp. 2-3.

⁽¹⁵⁾ Ver A. Tovar, "El Imperio de España", *Fe. Doctrina Nacional-sindicalista*, vol. 6, Jun. 1937, p. 274; C. Vilanou, "Y al Oeste, Portugal: Geopolítica y discurso pedagógico en la España nacional-sindicalista (1936-1940)", em C. Vilanou et al, *"A mirada do outro". Para unha Historia da Educación na Península Ibérica*, Vigo, 2003, pp. 171-183; M. Loff, *"O nosso século éfascista!". O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, 2008.

despótica da monarquia de Habsburgo, que provocou a rebelião da parte mais saudável da comunidade política espanhola. De acordo com esta interpretação, que se poderia igualmente aplicar de maneira similar à independência das colónias Americanas em 1810-1823, os portugueses teriam sido na realidade "verdadeiros" espanhóis orgulhosos das suas liberdades políticas e provinciais, que se opunham ao governo absolutista e não teriam outra solução senão declarar a independência com o objectivo de libertar-se da dinastia Habsburgo, uma dinastia que era na realidade considerada não apenas espanhola como estrangeira⁽¹⁶⁾. Só uma verdadeira Espanha liberal, republicana e democrática poderia, a longo prazo, conseguir a reconstrução da unidade Ibérica perdida, quando os portugueses se sentissem "atraídos" por um projecto nacional de orientação progressista. Assim, uma interpretação peculiar do período de domínio espanhol sobre Portugal chegou mesmo a ser proposta pelos historiadores liberais espanhóis, com ênfase por exemplo no bilingüismo das elites portuguesas e das figuras literárias do início do período moderno, como Gil Vicente (1465-1536) ou o poeta nacional português, Camões (1525-1580), enquanto as histórias nacionais portuguesas tendiam a obscurecer esse facto.

Os defensores portugueses do Iberismo foram confrontados com suspeitas por parte da maioria das elites intelectuais e do estado. Alguns promotores de uma federação ou mesmo de um fusão com Espanha viram esse elemento como uma nova etapa onde um poderoso estado Ibérico poderia enfrentar-se a outros poderes Europeus na era do imperialismo, e ao mesmo tempo servir como uma metrópole eficiente para o império ultramarino. O escritor republicano Antero de Quental (1842-1891) apelaria inclusivamente a uma "desnacionalização" de Portugal para obter uma nova identidade Ibérica, que necessitaria igualmente de uma desconstrução da Espanha. Outros escritores e historiadores a favor da união Ibérica, como Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) interpretaram a história ibérica peninsular, não como uma história nacional em termos clássicos, mas de alguma maneira como uma

⁽¹⁶⁾ Ver uma descrição em J. A. Rocamora, *El nacionalismo ibérico, 1792-1936*, Valladolid, 1994, assim como as análises de F. Catroga, "Nacionalismo e ecumenismo: A questão ibérica na segunda metade do século XIX", *Cultura História e Filosofia*, vol. IV, 1985, pp. 419-83, e S. Campos Matos, "Conceitos de iberismo em Portugal", *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pp. 169-193.

"civilização" composta de diferente proto-nações e nações, cuja evolução natural deveria levá-las a juntar-se num ambicioso estado peninsular que poderia aspirar à hegemonia mundial. Este era o maior objectivo detrás da obra monumental de Oliveira Martins *Historia da Civilização Ibérica* (1879), na qual encontrava as origens de uma "maneira de pensar", um *Volksgeist* comum a todos os povos ibéricos na conquista Romana e a causa comum da denominada Reconquista contra os Muçulmanos. As peculiaridades do território ibérico explicam o isolamento dos seus povos do resto da Europa, assim como a sua diferenciação interna. Encontrou igualmente as raízes comuns da "civilização" Ibérica no Catolicismo, no pensamento individualista e nas crenças místicas, que se expressaram na experiência colonial na América e em outros continentes; experiência partilhada por Espanha e Portugal. No entanto, Oliveira Martins manteve-se fiel à sua crença numa relação especial entre os dois herdeiros da Hispânia Romana, cujos espíritos nacionais apresentavam também algumas características diferenciadas⁽¹⁷⁾.

Obviamente, a reivindicação histórica da "recuperação" de uma anterior unidade peninsular, legitimada pela história e pela existência de uma "civilização" comum, seria formulada em termos politicamente correctos, ao delinear um primeiro passo em forma de uma confederação bi-nacional. Este projecto era partilhado por alguns intelectuais Portugueses e decisores políticos desde meados do século XIX. No entanto, a sua relutância em direcção ao que a maioria deles temia ser um plano para uma assimilação a longo prazo de Portugal nunca seria superada. A análise da fundação histórica deste discurso Iberista no republicanismo espanhol leva à mesma conclusão: ao final, seria concebido como um regresso a uma comunidade originalmente mono-nacional, que era legitimada por séculos de co-existências comuns sob o mesmo governo no início da época medieval e em particular sob o regime dos reis Visigodos. Esta visão não era partilhada, porém, pelos republicanos

⁽¹⁷⁾ J. P. de Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, 1879;

S. Campos Matos, "Una perspectiva singular y transnacional sobre España y Portugal", introdução a J. E. Oliveira Martins, *Historia de la Civilización Ibérica*, Pamplona, 2009, pp. IX-LXXXIX; X. M. Núñez Seixas, "History of Civilization: Transnational or Post-Imperial? Some Iberian Perspectives (1870-1930)", en S. Berger e Ch. Lorenz (eds.), *Nationalizing the Past: Historians as Nation-Builders*, Basingstoke, 2010, pp. 384-403.

portugueses, que tinham sempre em mente que a federação Ibérica deveria ser composta de duas (ou mais) nações distintas.

III. A independência de Portugal como paralelismo Ibérico

As histórias nacionais que dentro do Estado espanhol tentaram porém expressar as identidades nacionais sem Estado, isto é, a historiografia nacional(ista) da Galiza, da Catalunha e do País Basco desde o final do século XIX também exibiram um limitado mas persistente interesse em Portugal. A vizinha nação-estado ibérica fora apresentada como um exemplo de resistência bem sucedida contra a opressão castelhana/ /espanhola e até mesmo com um paralelo em termos de tamanho e vocação mercantilista além-mar⁽¹⁸⁾. Esta é uma das razões do interesse dos nacionalistas catalães pela cultura portuguesa desde a última década do século XIX, e que teve o seu ponto auge na segunda década do século XX. Para muitos historiadores catalanistas, Portugal era um exemplo de sucesso da emancipação do domínio espanhol, como a revolta de 1640 iria exemplificar; embora nesse momento a Catalunha ainda demonstrasse ser incapaz de conseguir aquilo que Portugal já conseguira (um Estado independente, e a completa recuperação do uso social e literário da sua própria linguagem)⁽¹⁹⁾.

Portugal também se transformou num objecto de predominante interesse por parte da historiografia nacionalista galega desde meados do século XIX, neste caso por um motivo linguístico. A florescente língua portuguesa e a sua literatura, mas também a sua mera existência como língua do Estado, foi utilizada por regionalistas e nacionalistas galegos como argumento na defesa da total igualdade em termos de situação legal entre o Galego e o Espanhol⁽²⁰⁾. No entanto, esta análise fez surgir

⁽¹⁸⁾ Ver M. À. Pérez Samper, *Portugal i Catalunya el 1640: Dos pobles en una cruïlla*, Barcelona, 1992, ou F. Cucurull, *Dos pobles ibèrics*, Barcelona, 1967.

⁽¹⁹⁾ Ver V. Martínez-Gil, *El naixement de l'iberisme catalanista*, Barcelona, 1997. Um exemplo em I. Ribera i Rovira, *iberisme*, Barcelona, 1907. Uma percepção portuguesa do nacionalismo catalão no, aliás, estranho livro do luso-argentino J. Navarro Monzó, *Catalunha e as nacionalidades ibéricas*, Lisboa, 1908.

⁽²⁰⁾ A língua Galega pode, de facto, ser considerada desde fora e por muitos observadores estrangeiros como uma espécie de "Português arcaico" que

um novo paradoxo: o peso dos argumentos históricos no discurso nacionalista levou activistas galegos a hesitar muitas vezes se a Galiza deveria ter a ambição de reconstruir as antigas províncias romanas e mais tarde eclesiástica da Gallaecia (que incluía uma grande parte do Norte de Portugal) e assim reconstruir de maneira ideal uma espécie de comunidade nacional que juntasse a Galiza e o Norte de Portugal, a antiga Gallaecia, em vez de apostar pela proximidade cultural da Galiza a Portugal como um todo. Mas este elemento também pode ser interpretado de uma maneira mais simplista desde o exterior: a Galiza seria desta forma simplesmente uma terra irredenta de Portugal; e assim era a visão de outros iberistas lusófonos entre outros* (21). Este novo medo levaria os nacionalistas Galegos a reivindicar um elo cultural privilegiado com Portugal, mas também a marcar a distinção nacional da Galiza perante tanto a Espanha como Portugal(22).

Esta percepção nunca seria entendida ou partilhada pela maioria da intelectualidade portuguesa, com a excepção de algumas elites literárias durante o período entre-guerras. Analisando um exemplo significativo vemos que desde final do século XIX, para os antropólogos portugueses, a Galiza não era nada mais que um sobrevivente ancestral da região do Minho, a província do Norte de Portugal que seria considerada o

apresenta algumas importantes diferenças a nível fonético e lexicográfico com o Português *padrão*, mas estas diferenças não são tão pronunciadas quando comparadas com os dialectos do Norte de Portugal e em particular com os minhotos. Vide H. Monteagudo, *Historia social da lingua galega*, Vigo, 1999. Um ensaio de interpretação integrada sobre as relações culturais e de fronteira luso-galegas em X. M. Núñez Seixas, "Identités ethniques partagées et divisées: Le cas de la frontière entre la Galice et le Portugal", *Mirmanda*, vol. 4, 2009, pp. 44-55.

(21) Ver I. Ribera i Rovira, *Ensayos iberistas. Portugal y Galicia nación. Identidad étnica, histórica, literaria, filológica y artística*, Barcelona, 1911. Apenas os fascistas Portugueses do período de entre as duas guerras, em particular os nacionaisindicalistas de Rolão Preto, pensavam às vezes na Galiza em termos de uma "irredenta" que teria que regressar ao seu estado original.

(22) Ver X. M. Núñez Seixas, "Portugal e o Galeguismo até 1936. Algumas Considerações Históricas", *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, vol. 11, 1993, pp. 67-81, e E. Torres Feijóo, "Cultura Portuguesa e Legitimação do Sistema Galeguista: Historiadores e Filólogos (1880-1891)", *Ler História*, vol. 36, 1999, pp. 273-318

autêntico depósito das virtudes nacionais, pré-modernas⁽²³⁾. No entanto, os nacionalistas Galegos e Catalães também ressaltaram a necessidade de Espanha e Portugal se tornarem uma federação ibérica multi-nacional, composta de cinco unidades nacionais (Castela, Portugal, Galiza, Catalunha e o País Basco). Este apelo nunca foi respondido em termos positivos por intelectuais e historiadores portugueses, aparte poucas exceções. A narrativa nacional Portuguesa considera que Espanha é um opositor quase homogêneo, composta somente por Castela. Pelo contrário, a metanarrativa adoptada pelas histórias nacionais periféricas de Espanha prefere a visão de Portugal como uma espécie de *primus inter pares*, um exemplo de como uma nação relativamente pequena podia atingir relativo sucesso depois de se ver livre do controlo de Madrid.

IV. Gibraltar: A rocha dos conflitos

A existência do enclave de Gibraltar, um território sob o domínio Britânico desde o tratado de Utrech (1713), como consequência da guerra espanhola de sucessão, nunca foi aceite pela historiografia espanhola nacionalista. Gibraltar transformou-se numa praça Inglesa em 1830 e foi declarada colónia, no entanto, Espanha nunca veria essa perda com bons olhos e por duas vezes durante o século XVIII tentou sem êxito reconquistar o território. Havia poucas dúvidas para os intelectuais espanhóis, da esquerda à direita, que Gibraltar era uma parte integral de Espanha, como o primeiro elemento do território Ibérico que, de acordo com a lenda, foi ocupado pelos Mouros invasores vindos desde África em 714. Alguns historiadores locais tentaram realçar o fundamento do carácter inglês de Gibraltar, através de dois argumentos presentistas: a vontade das pessoas que moram na colónia, assim como a ênfase no carácter multicultural no passado e presente da população de Gibraltar, onde Judeus, Indianos, e Britânicos de Gibraltar coexistem. Esta visão é oposta aos perigos da "tradicional" intolerância espanhola, uma imagem

⁽²³⁾ Do lado português, o resultado das pesquisas do antropólogo António Medeiros são particularmente interessantes a esse respeito. Ver A. Medeiros, "Discurso nacionalista e imagens de Portugal na Galiza", *Etnográfica*, voi. 7,2, 2003, pp. 321-349 e também do mesmo autor *Los dos lados de un rio. Nacionalismos y etnografías en Portugal y en Galicia*, Madrid, 2006.

que reproduz os estereótipos da Espanha divulgados pela assim chamada Lenda Negra desde o século XVI⁽²⁴⁾.

Há, no entanto, a presença constante de Gibraltar como uma reivindicação de baixa intensidade que sustenta todas as correntes da historiografia nacional espanhola. Mas esta presença, apenas pode considerar-se uma variante menor do discurso nacionalista espanhol⁽²⁵⁾. Não encontramos apoiantes da anexação espanhola na colônia britânica e, consequência disso, não existe uma comunidade de exilados de Gibraltar em Espanha que podia pressionar a favor do irredentismo. Apenas o discurso da oposição política espanhola em cada urna das conjunturas históricas teve tendência a enfatizar a ofensa ao orgulho nacional que pressupõe a condição de Gibraltar para Espanha⁽²⁶⁾. A reivindicação da recuperação de Gibraltar como um modo de conseguir a unidade total do corpo nacional seria conveniente e instrumentalmente recuperado por extremistas espanhóis de extrema-direita e mais especificamente pelo Fascismo espanhol na década de 1930 e na primeira metade da década de 1940⁽²⁷⁾. A isto se juntava a ressurreição do ódio britânico, que se considerava responsável pelo declínio espanhol desde o século XVII, assim como com as renovadas esperanças em conseguir obter o apoio da Alemanha Nazi na reconquista do "rochedo". Mas, desde 1944-45, com a derrota das potências fascistas e a necessidade para o franquismo de achar um novo lugar na cena internacional, a relevância de Gibraltar,

⁽²⁴⁾ Por exemplo, a história escrita por aquele que foi por uma vez governador Britânico de Gibraltar W. G. F. Jackson, *The Rock of the Gibraltarians. A History of Gibraltar*, Grendon, 1998 [1ª ed. 1987]), assim como G. Hills, *Rock of Contention: A History of Gibraltar*, Londres, 1974. Para exploração da actual identidade de Gibraltar de um ponto de vista politológico, ver E. G. Archer, *Gibraltar: Identity and Empire*, Londres, 2005.

⁽²⁵⁾ Ver por exemplo J. Plá Cárceles, *El alma en pena de Gibraltar*, Madrid, 1967, e J. de Aragon, *La cuestión de Gibraltar: Apuntes históricos*, Madrid, 1915.

⁽²⁶⁾ Ver I. Sepúlveda, "Instrumentalización nacionalista del irredentismo: Gibraltar y el nacionalismo español", *Spagna Contemporanea*, vol. 9, 1996, pp. 79-100, e do mesmo autor *Gibraltar; la razón y la fuerza*, Madrid, 2004. Uma perspectiva politológica em P. Gold, *Gibraltar: British or Spanish?*, Londres, 2005.

⁽²⁷⁾ J. M^a Cordero Torres, *Aspectos de la misión universal de España. Doctrina internacional y colonial española*, Madrid, 1944, pp. 63-67; J. M^a de Areilza e F. M. Castiella, *Reivindicaciones de España*, Madrid, 1941; G. Carbayo, *Gibraltar irredento*, Madrid, 1941.

tanto no discurso político actual como nas elaborações historiográficas do nacionalismo espanhol tendeu a ser extremamente reduzido, apesar do esporádico ressurgimento de querelas diplomáticas sobre o estatuto de Gibraltar entre Espanha e o Reino Unido ao longo da segunda metade do século XX⁽²⁸⁾.

De facto, a ênfase colocada pela historiografia nacionalista espanhola na "espanholidade" de Gibraltar depois da perda das últimas colónias ultramarinas (Cuba, Porto Rico e as Filipinas) em 1898 tem sido ainda menos do que as páginas dedicadas a apoiar a natureza "espanhola" intrínseca dos territórios perdidos para os Estados Unidos. Este ponto não contraria um facto: o argumento das "fronteiras naturais" havia impregnado de maneira eficaz mas difusa a visão espanhola do próprio solo nacional. Apenas duas excepções podem ser mencionadas:

a) Os enclaves Norte Africanos de Ceuta e Melilha, cidades capturadas pela coroa portuguesa (e castelhana) no século XV e posteriormente anexadas pela monarquia de Espanha. O seu carácter espanhol nunca é questionado, argumentando-se que existe uma continuidade histórica de assentamentos cristãos nessas cidades, mas esquecendo, porém, que no seu passado encontramos a presença de habitantes Judeus e Muçulmanos até à década de 1940⁽²⁹⁾.

b) As Ilhas Canárias, um resultado da primeira expansão atlântica da Coroa Castelhana no final do século XV, e onde a discussão das fronteiras nacionais é relegada a favor da esmagadora predominância de colonos castelhanos nas ilhas, após o quase completo extermínio da população indígena. No primeiro caso, uma certa sobreposição persiste com a auto-representação de um passado nacional levado a cabo pela historiografia de Marrocos desde a década de 1960, onde, numa espécie de imagem secular, Ceuta e Melilha são vistas em termos muito semelhantes aqueles invocados pela historiografia nacionalista Espanha

⁽²⁸⁾ Ver M. Castiella, *Razones de Espana sobre Gibraltar*, s.l. [Madrid], 1966; B. Piñar López, *La España irredenta: Gibraltar*, s.l., s.d. [1964], e A. J. Leonart Anselm, *Del Gibraltar inglés: Su inconsistencia legal e histórica*, Madrid, 1968.

⁽²⁹⁾ ^y ^{er} Por exemplo M. Criado Hoyo e M. L. Ortega, *Apuntes para la Historia de Ceuta*, Ceuta, 1925, ou E. Arqués, *Las adelantadas de España: las plazas españolas del litoral africano del Mediterráneo*, Madrid, 1966. O Instituto de Estudios Africanos com sede em Madrid publicou um número de pequenos livros relacionados com a História de Ceuta e Melilha durante o período Franquista.

quando se refere a Gibraltar. Também, mas a um nível inferior, com o tipo de aproximação "pós-colonial" levada a cabo por algumas histórias regionais do arquipélago depois de 1980 que, por seu lado, vincaram a herança Africana das ilhas Canárias e enfatizaram a distinta cultura aborígene dos seus habitantes nativos, os guanches de descendência Norte Africana, que quase desapareceram nas décadas seguintes à conquista Castelhana, visto actualmente mesmo como um genocídio pré-moderno por algumas interpretações do passado das Canárias⁽³⁰⁾.

V. Os incontestáveis Pirenéus

Do ponto de vista espanhol, não há grandes sobreposições territoriais com França embora a Espanha tenha perdido as regiões do Rossilhão e uma parte da Cerdanya em favor do país vizinho após o ano de 1659. Os habitantes destas áreas, que mantiveram o uso vernacular do Catalão bem dentro dos inícios do século XX, estavam totalmente integrados na identidade nacional francesa, um processo acelerado pelo advento da Terceira República e pela sua intensa nacionalização política, que os transformou em leais cidadãos franceses, embora orgulhosos da sua identidade catalã expressada em termos de identidade local ou regional⁽³¹⁾. No entanto, estes territórios seriam algumas vezes reivindicados pela extrema-direita espanhola, e especialmente pelo Fascismo espanhol durante a década de 1930 e o início da década de 1940. Mas, a intensidade destas reclamações nunca chegou a ser marcante. Os fascistas espanhóis preferiram colocar a ênfase das suas ambições territoriais no Norte de África, como a base de lançamento de um renovado Império espanhol. Da mesma forma, a reconstrução de um Império ultramarino que ocupasse o lugar do já perdido depois de 1823 estava orientado, embora de maneira bastante mal sucedida, para

⁽³⁰⁾ Para a interpretação da história da conquista Castelhana das Ilhas Canárias por grupos etnonacionalistas canários, ver P. Díaz, *Genocidio canario*, Las Palmas, 1997.

⁽³¹⁾ Ver P. Sahlins, *Boundaries: The Making of France and Spain at the Pyrénées*, Berkeley, CA, 1989, assim como J. Cases-Carbó, *La Catalunya francesa*, Barcelona, 1934.

África e os resquícios das colônias Americanas⁽³²⁾. Tanto a historiografia nacionalista espanhola de orientação liberal democrática como a de carácter católico e tradicionalista prestaram pouca atenção durante o século XIX aos territórios "perdidos" e que agora pertenciam a França. Estes eram simplesmente visto como relíquias do passado de um império perdido, da mesma maneira que, por exemplo, a Flandres ou os Países Baixos em geral.

Este facto era apoiado por outro motivo: os Pirenéus eram em geral aceites como uma "fronteira natural" pelos decisores políticos em Espanha, assim como pela maioria dos historiadores nacionalistas e geógrafos desde o início do século XIX; tanto como uma defesa contra influências "estrangeiras", como por ser o último baluarte da Europa Ocidental contra os Muçulmanos de África (de acordo com os tradicionalistas), ou como um elo com a "Europa iluminada" (de acordo com os liberais). Porém, como se verá mais à frente, tanto os territórios Bascos em França, rebaptizados como *Iparralde* (os territórios do Norte) e a região que fala Catalão no Sudeste Francês, referido como a "Catalunha do Norte" (*Catalunya Nord*), converteram-se nas novas reivindicações territoriais dos nacionalistas bascos e catalães, que se centravam na cultura e na língua como a base para elaborar uma história nacional desde a Idade Média. Em particular, algumas narrativas bascas da sua própria história nacional, ao serem elaboradas, tentaram integrar uma visão da sua nação como sendo composta por sete territórios (quatro em Espanha e três em França), divididos em dois estados "opressores". A intensidade deste discurso irredentista é bastante menor na historiografia nacionalista catalã, que foi dominada pela reivindicação dos direitos e liberdades da Catalunha antes das instituições de auto-governo terem sido abolidas em 1714 pela nova dinastia de Bourbon.

Por fim, nem mesmo o pequeno estado-nação pirenaico de Andorra, um lugar algumas vezes reivindicado pela historiografia nacionalista catalã como sendo um espelho do futuro Estado Catalão, despertou o interesse de alguma história nacional espanhola de carácter irredentista. Apenas alguns propagandistas fascistas em 1939 e em inícios da década de 1940 defenderam o regresso da Andorra e do Rossilhão Francês *¹.

⁽³²⁾ Ma^a C. Romeo, "Nación e Imperio en el siglo XIX. Comentario", em I. Burdiel e R. Church (eds.), *Viejos y nuevos Imperios. España y Gran Bretaña*, s. XVII-XX, Valencia, 1998, pp. 173-196.

a Espanha, avançando com argumentos jurídicos e estratégicos⁽³³⁾. Pelo contrário, a atenção prestada à Navarra Baixa (uma parte do antigo Reino de Navarra que seria entregue à Monarquia Francesa pelo Imperador Carlos V em 1530) tem sido extremamente rara, reduzida a algumas reivindicações feitas por historiadores locais⁽³⁴⁾.

VI. Sobreposições Imaginadas

É fácil de concluir que é difícil aplicar às histórias nacionais da Península Ibérica esquemas semelhantes aos usados para entender as historiografias nacionais na Europa Central e de Leste. Zonas de assentamento étnico misturado eram raras, pondo de lado a diversidade etno-cultural dentro de Espanha. Desta forma, existem poucas preocupações de "irredentismo" ou de disputas de pretensões nacionais ao redor das poucas vilas e enclaves geográficos que passaram das mãos portuguesas para as mãos espanholas (e vice-versa), e ainda menos em territórios que passaram para mãos francesas no século XVII. As historiografias nacional(istas) de Portugal e Espanha estavam maioritariamente preocupadas com os seus Impérios perdidos, assim como com estabelecer os fundamentos da nacionalidade na época pré-Romana e na Idade Média⁽³⁵⁾. Apenas do lado espanhol é possível identificar uma subtil linha de interpretação que assimilava Portugal à autêntica e original nação espanhola desde os tempos pré-Romanos. Mas este aspecto nunca resultou na emergência de uma disputa de interpretações da percepção nacional portuguesa, uma vez que a historiografia lusa em geral se orientou a fixar nas suas origens medievais

⁽³³⁾ Ver Cordero Torres, *Aspectos*, pp. 69-73; F. Ferrer Calbetó, *Cataluña Española*, Cádiz, 1939.

⁽³⁴⁾ I. Iriarte, *Tramas de identidad. Literatura y regionalismo en Navarra (1870-1960)*, Madrid, 2000, pp. 338-340.

⁽³⁵⁾ Para o caso português ver S. Campos Matos, *Historia, Mitologia, Imaginario nacional. A Historia no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, 1990, e L. Reis Torgal, J. M^a Amado Mendes e F. Catroga (eds.), *Historia da Historia em Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa, 1996. Ver também J. Juaristi, *Vestigios de Babel. Para una arqueología de los nacionalismos españoles*, Madrid, 1992.

e em particular nos seus empreendimentos ultramarinos os verdadeiros feitos heroicos do seu passado nacional.

No entanto, um panorama muito diferente surge quando expandimos o conceito de sobreposição e tentamos incorporar outra categoria, emprestada do já clássico conceito de Benedict Anderson, que pode ser etiquetado como sobreposição imaginada. São imaginadas ao nível de que não se correspondem com as mudanças fronteiriças recentes, repovoações étnicas ou migrações forçadas. Serão reais desde que se possam tornar uma frequente arena de fricções entre Espanha e os nacionalismos periféricos da Catalunha, do País Basco e da Galiza. A questão não era sempre de determinar quem chegou primeiro, como na Europa Central e de Leste, mas pelo contrário a de perguntar-se: Quem eram eles? Eram os anteriores habitantes, sejam eles tribos pré-romanas ou povoados góticos, precursores de uma nação Espanhola distinta, ou por outro lado de uma peculiar nação Galega, Basca ou Catalã? Como averiguar a sua "adscrição nacional" inicial?

O que constituía o sujeito desta sobreposição imaginada? Podemos diferenciar dois tipos: a) Sobreposições regionais de territórios disputados por alegados ou supostos motivos históricos, e b) Sobreposições de natureza etnolinguística.

Via. Sobreposições Territoriais

Sob esta categoria incluem-se as disputas historiográficas sobre aqueles territórios fronteiriços que nunca foram fronteira no sentido literal da palavra, mas cuja pertença a uma nação ou comunidade imaginada não é um facto indisputável para os seus habitantes. Normalmente, discussões historiográficas surgem entre diversos etno-nacionalistas e/ou historiadores regionais em litígio, que detêm visões diferentes sobre a natureza ou adscrição nacional do mesmo território. Como bom exemplo, podemos mencionar a certa quantidade de livros sobre o reino medieval de Navarra escritos ao longo da segunda metade do século XX. Os seus autores eram, por um lado, historiadores regionalistas Navarros, que insistiam no carácter independente e peculiar do reino até à sua anexação pela Coroa espanhola em 1512, mas que ao mesmo tempo sublinhavam a peculiar forma de integração de Navarra dentro do projecto nacional espanhol alegando respeito aos seus Fueros ou

privilégios territoriais pré-modernos⁽³⁶⁾; e, por outro lado, os historiadores nacionalistas Bascos que apresentam o primeiro reino Navarro do início da Idade Média (séculos IX e X, com mitos assinalados como a dinastia dos Abarca ou a vitória Navarra na batalha de Ronces valles contra as tropas de Carlos Magno) como o primeiro "Estado nacional Basco" da História e *a posteriori* como verdadeiro precursor de um País Basco independente⁽³⁷⁾. O mesmo pode ser afirmado acerca das disputas historiográficas referentes à "catalanidade" das terras de Valência e das Ilhas Baleares, colonizados por camponeses e soldados aragoneses e catalães no século XIV ou, mais recentemente, acerca da insistência de alguns historiadores nacionalistas galegos em ressuscitar a existência dos Reis do ancestral e de pouca duração Reino Medieval da Galiza do século XI, estendendo generosamente a categoria de "Reis Galegos" a muitos herdeiros ao trono Castelhana que passaram a sua infância em castelos Galegos (como Alfonso X). Isto permitiu inclusivamente a alguns autores expandirem as fronteiras da antiga Galiza muito para além dos seus limites político-administrativos actuais, identificando uma parte do antigo Reino de Castela com o supostamente não defunto Reino da Galiza⁽³⁸⁾. Por outro lado, há alguns anos atrás, arqueólogos bascos

⁽³⁶⁾ O mais prolífico defensor da "espanholidade" histórica de Navarra tem sido sem dúvida o escritor conservador regionalista Jaime Ignacio del Burgo (nascido em 1942), que repetidamente afirmou que a História demonstra o carácter não basco de Navarra, que pelo contrário se teria juntado em harmonia à nação espanhola mantendo as tradições e instituições regionais. Ver por exemplo J. I. del Burgo, *Origen y fundamento del régimen foral de Navarra*, Pamplona, 1968, ou J. I. del Burgo, *Navarra es Navarra*, Pamplona, 1979.

⁽³⁷⁾ Em conformidade com o referido, alguns dos símbolos usados por nacionalistas radicais bascos, como a águia preta numa bandeira amarela (*arrano beltza*) teria sido inspirado no brasão dos reis navarros da Idade Média. Para a reivindicação do reino Navarro como o primeiro "Estado Basco" da História, consulte-se o pioneiro livro de A. Ortueta, *Navarra y la unidad política vasca*, Barcelona, 1931. Esta tendencia voltaria a ressurgir nos últimos anos por historiadores amadores como T. Urzainqui Mina, *Navarra Estado europeo*, Pamplona, 2004; igualmente, ver T. Urzainqui Mina, *Navarra sin fronteras impuestas*, Pamplona, 2002, assim como J. M. de Olaiola and T. Urzainqui Mina, *La Navarra marítima*, Pamplona, 1999.

⁽³⁸⁾ Por exemplo, ver o ensaio do eurodeputado do Bloque Nacionalista Galego entre 1999 e 2004 C. Nogueira, *A memoria da nación. O reino da Gallaecia*, Vigo, 2001.

avanzaram a tese que os primeiros habitantes do País Basco pertenceriam a tribos Ibéricas, e não a tribos basco-falantes, assim revelado por alguns achados arqueológicos perto da cidade de Bilbao. A reacção dos nacionalistas Bascos foi negar qualquer fiabilidade à nova teoria baseada nas evidências arqueológicas.

O irredentismo entre Estados aparece igualmente nas narrativas originais elaboradas por nacionalismos sub-estatais, que valorizavam a língua e a cultura como a base das suas pretensões nacionais. Deste modo, por exemplo, algumas "histórias nacionais" bascas da segunda metade do século XX tentaram realçar sistematicamente o País Basco Francês como um objecto das suas preocupações. Com isto, tiveram a tendência de sistematicamente aplicar o modelo explicativo que foi mais correctamente desenvolvido para o País Basco espanhol, ao lado francês. Deste modo, a pouca relevância dos privilégios dos territórios bascos na Monarquia Francesa (*furs*) é sobrestimado e equiparado com as dimensões dos *Fueros* Bascos Espanhóis dentro do seu discurso historiográfico nacional⁽³⁹⁾.

VIb. Sobreposições linguísticas?

A discussão filológica e historiográfica sobre onde uma língua minoritária foi falada no passado, pode servir de base para legitimar a reivindicação da recuperação no presente, (através de políticas linguísticas apoiadas pelo Estado e pelas Comunidades Autónomas existentes na Espanha) de uma língua morta ou moribunda numa certa área. As disputas linguístico-historiográficas entre alguns historiadores bascos e castelhanos acerca da colocação da fronteira linguística entre as respectivas línguas nos séculos IX ao XI pode ser um bom exemplo disso mesmo, uma vez que legitimaria a reivindicação actual do governo regional basco de promover políticas linguísticas para a recuperação da língua Basca nas partes do Sul das províncias de Alava e de Navarra, por exemplo; e até terá legitimado alguns sonhos de grandeza (*grandeur*) expansionista da parte de alguns líderes nacionalistas do passado,

^{o)} y_{er} p_{0r} exemplo o voi. 2 da *Historia de Euskal Herria*, Tafalla, 1997, que deverá ser uma história "oficial" da facção nacionalista radical da esquerda Basca.

como Luis Arana Goiri (1862-1951), o irmão do fundador do Partido Nacionalista Basco Sabino Arana (1865-1903).

Um conflito semelhante emerge quando tentamos historicamente apontar os limites entre o Catalão e a língua Castelhana nas zonas sul e este da região de Valência ou País Valenciano, habitadas por urna população mista de camponeses aragoneses e catalães desde o século XIII. A discussão filológica de quando o Basco ou Catalão se extinguiu numa área específica pode alimentar disputas políticas apaixonantes hoje em dia. Claramente, um problema paralelo seria determinar até quando poderíamos retroceder no tempo com o objectivo de estabelecer que língua é a própria fala de uma comunidade ou de um território dado. Finalmente, mas não menos importante, temos que ter em consideração que as fronteiras "linguísticas" nem sempre coincidem com o território nacional, como é actualmente reivindicado por razões históricas por nacionalistas subestatais.

Um bom exemplo é a ideia Catalanista dos assim chamados "países Catalães" como uma comunidade imaginária definida com base linguística que engloba não apenas territórios que falam Catalão da região de Valência, das Ilhas Baleares, Aragão e Catalunha Francesa, mas também as áreas de Valência que tradicionalmente falam Castelhanu, colonizadas por aragoneses no final da Idade Média, assim como os enclaves do Nordeste da Catalunha que ainda falam Occitano, como é o caso do vale de Arán. Aquele conceito nasceu por volta de 1880, e desde esse momento foi gradualmente substituindo a anterior etiqueta apolítica de "terras Catalão-falantes", ou "Terras Catalanas", particularmente durante a década de 1930⁽⁴⁰⁾. No entanto, este conceito enfrentou dois problemas distintos: o primeiro foi que a maioria dos intelectuais Valencianos e Baleares de fala Catalã estariam relutantes em aceitar essa visão "Pan-Catalana" e oscilavam permanentemente entre a afirmação das suas distinções regionais e a sua pertença a uma comunidade cultural cuja unidade raramente foi questionada. O segundo problema

(40) Ver a exhaustiva análise de A. González i Vilalta, *La nació imaginada. Els fonaments deis Països Catalans (1931-1939)*, Catarroja/Barcelona, 2006. Ver também J. Ventura Subirats, "Sobre eis precedents del terme Països Catalans", em X. Romeu Jover (ed.), *Débat sobre els Països Catalans. Ponències i Comunicacions*, Barcelona, 1977, pp. 352-57, e J. M. Llompart, *Països Catalans? I altres reflexions*, Palma de Mallorca, 1991.

foi, e ainda é actualmente, que muito poucos actores políticos, excepto os de tendencia pro-independência dentro do nacionalismo Catalão e mais esporadicamente alguns líderes dos outros partidos Valencianos, Baleares e Catalães, adoptaram este credo "pan-nacional" em termos políticos. Como resultado, o conceito literário e linguístico dos "países Catalães" encontrou uma difícil tradução em termos historiográficos. Era difícil combinar uma visão historicista (que deveria enfatizar a história passada comum dos territórios que formavam o reino de Aragão, incluindo os territórios de língua não catalã), com um predominante conceito etnolinguístico⁽⁴¹⁾.

Esta tarefa tornou-se ainda mais complicada quando o sonho "pan-Catalão" foi concebido em termos da recuperação do fracassado Império do Mediterrâneo da Época Medieval, frustrado pela derrota Catalã-Aragonesa na batalha de Muret (1213). Este objectivo de reconstrução de uma "comunidade nacional Catalã-Occitana" conheceu desenvolvimentos nas décadas de 1920 e 1930, e foi acompanhado pela publicação de alguns cadernos onde, até finais da Idade Média, as histórias da Catalunha e da Occitânia eram apresentadas como um desenvolvimento complementar, e a identificação entre a língua Catalana e Occitana era defendida como uma evidência cultural⁽⁴²⁾. De facto, as histórias nacionais dos "países Catalães" que têm sido publicadas desde a década de 1980 consistem em acrescentar três histórias regionais ou nacionais diferentes, demonstrando-se incapazes de desenvolver um discurso historiográfico

(41) Como exemplo podemos ver M. A. Vila, *I foren eis països catalans...* (*Comentaris a una crònica reial*) (Palma de Mallorca, 1999, ou J. Solvèrics, *Eis Països Catalans i Espanya: ser o no ser. Conflictes político-lingüístics al segle XVI*, Valencia, 1988. Do mesmo modo, J. Sobrequés i Callicó, *El rei Jaume i la Renaixença als Països Catalans*, Barcelona, 1991.

(42) Isto foi promovido por alguns intelectuais apoiados pelo Governo Regional Catalão [*Generalitat*] da década de 1930, embora não fosse uma tendência maioritária no pensamento catalanista. Ver por exemplo J. Carbonell i Gener, *Expansió cultural al Migdia gàllic: memòria*, s. 1. [Barcelona], 1930. Para uma descrição detalhada dos contactos culturais entre o catalanismo e o movimento occitano, ver A. Rafanell, *La illusió occitana. La llengua dels catalans, entre Espanya i França*, Barcelona, 2006, 2 vols., e González i Vilalta, *La nació imaginada*, pp. 290-97.

comum⁽⁴³⁾. O mesmo é aplicável quando tentam abranger a Catalunha Francesa, uma vez que a historiografia Catalanista apenas incluía dentro do seu alcance a análise da Catalunha Francesa de modo limitado. O que em parte, porém, também era devido à postura extremamente francófona da liderança nacionalista Catalã durante a primeira metade do século XX.

Um exemplo paralelo pode encontrar-se na disputa sobre as origens do Castelhana. Filólogos, mas também historiadores da língua, tiveram um papel primordial em estabelecer a narrativa nacional da cultura nacionalista espanhola desde meados do século XIX, e em particular durante a primeira metade do século XX. Este era o caso dos lingüistas Ramón Menéndez Pidal (1869-1968) e do seu discípulo Rafael Lapesa (1908-2001)⁽⁴⁴⁾. Ambos, mas principalmente o primeiro, avançaram com a teoria que o Castelhana se transformara numa língua fortemente distanciada da sua matriz latina, devido à influência externa do Basco, que não só emprestou algumas raízes lexicais mas também o seu sistema de vogais (cinco) ao Castelhana. Em particular, as origens medievais do Castelhana foram colocadas em alguns mosteiros da que é hoje a região de La Rioja, a poucos quilómetros da fronteira linguística Basca⁽⁴⁵⁾. A sua expansão para sul acompanhou a progressiva hegemonia do reino Castelhana sobre toda a península e por esse motivo o Castelhana tornar-se-ia a língua Espanhola "autêntica", no ponto de vista de Menéndez Pidal.

⁽⁴³⁾ Ver por exemplo M. Ardit, A. Balcells e N. Sales, *Historia dels Països Catalans*, Barcelona, 1980.

⁽⁴⁴⁾ R. Menéndez Pidal, *Castilla: La tradición, el idioma*, Madrid, 1945; R. Menéndez Pidal, *Orígenes del español*, Madrid, 1926, e R. Menéndez Pidal, *En torno a la lengua vasca*, Buenos Aires, 1962; R. Lapesa, *Historia de la lengua española*, Madrid, 1965. Sobre a contribuição de Menéndez Pidal ao nacionalismo cultural espanhol durante a primeira metade do século XX, ver I. Fox, *La invención de España. Nacionalismo liberal e identidad nacional*, Madrid, 1997, pp. 104-108. Sobre a importância da pesquisa filológica para a refundação historiográfica do nacionalismo Espanhol, ver também J. M^a López Sánchez, *Heterodoxos españoles: El Centro de Estudios Históricos, 1910-1936*, Madrid, 2006.

⁽⁴⁵⁾ Na realidade, os primeiros textos escritos em castelhana, que datam do século XI, consistem em anotações feita na margem de um manuscrito em latim feitas por um monge que também escreveu algumas minutas em basco. O que significa que o castelhana nasceu numa zona tipicamente sobreposta do ponto de vista linguístico.

Esta teoria da origem do Castelhana, que marcava o seu aspecto de "língua de fronteira" e que tem sido largamente aceite por filólogos Espanhóis e da América Latina hoje em dia, enfrentou algumas dificuldades para ser partilhada por historiadores tradicionalistas espanhóis. Contudo, ilustra bem como podemos encontrar histórias nacionais sobrepostas, e portanto exemplos de sobreposições histórico-culturais de distintas narrativas nacionais, no coração de um discurso aparentemente monolítico e bem estabelecido de um nacionalismo de Estado na Europa Ocidental⁽⁴⁶⁾ Nem sempre, de facto, a Europa Oriental e a Europa Ocidental são tão diferentes como com frequência se afirma.

⁽⁴⁶⁾ Ver Tibor Frank e Frank Hadler (eds.), *Disputed Territories and Shared Pasts: Overlapping National Histories in Modern Europe*, Basingstoke, 2010.